

Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH - Hospital e Maternidade Municipal Papa Francisco - (CNPJ 23.453.830/0034-38)

Demonstrações Financeiras para o Período de 07 de Novembro a 31 de Dezembro de 2025 (Em reais)

Balanços Patrimoniais		Demonstrações de Resultados		Demonstrações dos Fluxos de Caixas	
Ativo Circulante	Notas	2025	Período de 07/11 a 31/12/2025	Atividades Operacionais	Período de 07/11 a 31/12/2025
Caixas e equivalentes de caixa	4	3.388.160	4.949.745	Superávit/(Déficit) do Exercício	1.324.342
Contas a receber	5	4.949.745	—	Ajustes para reconciliar o superávit (déficit) do exercício com o caixa depreciação/amortização	34
Estoques	6	665.741	—	Superávit/(Déficit) do Exercício Ajustado	1.324.376
Outros créditos		36.138	—	(Aumento)/Redução do Ativo	
Contratos de gestão		50.961.045	—	Contas a receber	(4.949.745)
Total do Ativo Circulante		60.000.829		Estoques	(665.741)
Não Circulante				Outros créditos	(36.138)
Partes relacionadas	12	951	—	Aumento/(Redução) do Passivo	
Imobilizado - Próprio	7	7.364	—	Fornecedores	2.409.501
Total do Ativo Não Circulante		8.315		Obrigações trabalhistas	920.492
Total do Ativo		60.009.144		Obrigações sociais	176.905
				Outras contas a pagar	4.126.797
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido				Fluxo de Caixa Gerado/(Consumido) pela Atividade Operacional	3.306.448
				Atividades de Investimento	
Patrimônio Social				Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(7.398)
Superávit/(Déficit) Acumulado				Baixa de ativo imobilizado e intangível	—
Saldos em 07/11/2025				Fluxo de Caixa Consumido pela Atividade de Investimento	3.299.050
Incorporação ao patrimônio social				Atividades de Financiamento	
Superávit/(Déficit) do exercício				Partes relacionadas	89.110
Saldos em 31/12/2025				Fluxo de Caixa Gerado/(Consumido) pela Atividade de Financiamento	3.388.160
				Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	3.388.160
				No início do exercício	3.388.160
				No fim do exercício	3.388.160
				Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	3.388.160
				têm escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune do imposto de renda, da contribuição social e dos impostos estaduais e municipais de acordo com os dispositivos da Constituição Federal do Brasil - CF e Código Tributário Nacional - CTN. Atendendo ao disposto no item 27 - (C) do ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, em que a renúncia fiscal relacionada com a atividade deve ser evidenciada nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse, está sendo apresentado o quadro de impostos incidentes sobre as operações. O valor da isenção do recolhimento da Contribuição Patronal sobre a folha de pagamento e serviços prestados por contribuintes individuais, devido ao INSS e o valor da COFINS estão demonstrados, como se devidos fossem.	
				Cota patronal/ Terceiros e RAT/SAT	50.289
				INSS	50.289
				COFINS	148.492
				COFINS	148.492
				Total	198.781
				15. Instrumentos Financeiros: A Entidade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e do estabelecimento de sistemas de controles. Opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, recebimento de entes públicos e contas a pagar a fornecedores. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.	2025
				Aplicações financeiras de liquidez imediata	—
				Contas a receber	4.949.745
				Total ativos financeiros	4.949.745
				Fornecedores	2.409.501
				Total passivos financeiros	2.409.501
				16. Gestão de Riscos: A Entidade possui exposição aos seguintes riscos advindos de instrumentos financeiros. i. Riscos de Liquidez: As principais fontes de liquidez da Entidade derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações tais como recebimento de repasses. A Administração da Entidade entende que tais fontes são adequadas para atender seus usos de fundos, o que inclui, mas se limita a capital de giro, pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações quando do seu vencimento, em condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de imagem à Entidade. ii. Riscos de Crédito: Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis do contrato de gestão. A Administração entende que o risco de crédito é monitorado de maneira adequada e frequente, uma vez que ao que minimiza as possibilidades de ocorrência de descumprimento. 17. Implantação do Sistema de Gestão (ERP): A Entidade informa que, no exercício corrente, encontra-se em processo de implantação do sistema integrado de gestão hospitalar (ERP), ferramenta responsável pelo registro dos prontuários eletrônicos, controle de estoques, bem como pela consolidação das informações assistenciais e operacionais. Durante o período inicial de implantação, foram identificadas inconsistências sistêmicas e limitações operacionais, especialmente na integração entre os módulos assistenciais e administrativos, o que impactou temporariamente a adequada tabulação e consolidação de dados necessários à mensuração de indicadores operacionais e à alimentação dos sistemas oficiais de informação em saúde. Destaca-se que, conforme estabelecido contratualmente, a responsabilidade pela disponibilização, manutenção e pleno funcionamento do referido sistema é de terceiros (Concessionária responsável pela gestão da infraestrutura - "Bata Cinza"), cabendo à Entidade a sua utilização como usuária final. Nesse contexto, as dificuldades observadas não decorrem de omissão ou falha operacional da Entidade, mas sim de um cenário inerente ao processo de implantação e estabilização tecnológica do sistema, atualmente em fase de ajustes e aprimoramentos. Com o objetivo de mitigar os impactos identificados, a Entidade vem adotando medidas de contingência e atuando de forma colaborativa com os demais agentes envolvidos, incluindo a proposição de grupos de trabalho técnicos, revisão de fluxos operacionais e realização de treinamentos contínuos das equipes, visando assegurar a confiabilidade das informações e a continuidade da assistência prestada. Pinhais - PR, 05 de maio de 2026.	
				Thiarle Dassi	Ediane Pacheco Lemos
				Diretor Executivo	Contadora - CRC-SP-324161/O

À Diretoria do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH - Hospital e Maternidade Municipal Papa Francisco - HMMPPF - Pinhais - PR. Opinião com ressalva: Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH/Hospital e Maternidade Municipal Papa Francisco - Pinhais PR, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do superávit, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa, para o período de 07 de novembro a 31 de dezembro 2025, assim como das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos do assunto mencionado no tópico "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH/Hospital e

Maternidade Municipal Papa Francisco - Pinhais PR, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 07 de novembro a 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva: Ausência de sistema de controle de uso/consumo e custeio:** Conforme descrito na nota explicativa 17 - Implantação do sistema de gestão (ERP), a Administração do Hospital acompanha o processo de implantação de um sistema para controle e utilização dos estoques, o qual, está sob responsabilidade de empresa independente especializada e contratada pela Concessionária da gestão de infraestrutura do Hospital. Entretanto, até o término de nossos exames, não havia sido concluída a parametrização e início dos módulos de uso e consumo de estoques de materiais e medicamentos por meio sistêmico. Nestas circunstâncias, não pudemos concluir sobre a adequação dos controles internos e acuracidade da movimentação e reconhecimento

dos custos de materiais e medicamentos consumidos no período e apresentados ao resultado do exercício no montante de R\$ 334.259, na rubrica de custos com materiais e medicamentos; e b. adequação dos controles internos e aderência das planilhas de controle utilizadas pela Administração, em relação às quantidades e valorização dos estoques apresentados pelo montante de R\$ 665.741 em 31 de dezembro de 2025. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e

adequada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Ênfases:** Nossa opinião não está ressalvada em função do seguinte assunto: **Transações com partes relacionadas:** A Entidade mantém transações relevantes com partes relacionadas, sendo o reembolso de despesas compartilhadas com sua Sede Administrativa. Tais operações poderiam trazer efeitos diferentes no balanço patrimonial e resultado da Entidade, caso fossem realizadas com outras partes. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entida-

continua →

-★ continuação

Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações financeiras do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH - Hospital e Maternidade Municipal Papa Francisco - HMMPF

de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários toma-

das com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de

continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos res-

ponsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 05 de maio de 2026

Planners Auditores Independentes - CRC.SP nº 2SP 14.712/O-2
Heitor Piovam - Contador CRC 1SP 331.721/O-6

67951/2026



Diário OFICIAL Paraná

Consulta dos Diários Oficiais

- Acesse o endereço <http://www.imprensaoficial.pr.gov.br/>
- Na página inicial, no campo **CONSULTA AOS DIÁRIOS OFICIAIS**, selecione o diário, informe a data inicial e final e no campo **PESQUISA TEXTUAL** informe o protocolo de sua publicação ou texto que precisa localizar.

41 3200 5002

Atendimento de segunda a sexta das 7h às 19h